

Amazônia: paisagem e região na obra de Eidorfe Moreira Amazonia: landscape and region in the work of Eidorfe Moreira

Antonio de Oliveira Júnior¹

¹Universidade Federal de Uberlândia. Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil

Resumo: A produção intelectual de Eidorfe Moreira (1912-1989) é marcada por forte influência regionalista. Seu pensamento, avançado para o seu tempo, ocupou-se dos problemas da região amazônica, que nos anos 1950 passava por uma intervenção das políticas de planejamento regional, em uma tentativa de inseri-la na dinâmica da economia nacional. Este texto analisa os conceitos de 'paisagem' e 'região', ambos discutidos por Eidorfe Moreira, a partir das suas críticas ao modelo de planejamento estatal.

Palavras-chave: Planejamento. Paisagem. Região. Amazônia. Teoria da geografia.

Abstract: The intellectual production of Eidorfe Moreira (1912-1989) is marked by a strong regionalist influence. His thought, advanced in his time, focused on Amazonian problems. During the 1950s the region was subject to regional planning policies in an attempt to insert it into the dynamics of the national economy. This paper analyses the concepts of 'landscape' and 'region,' both discussed by Eidorfe Moreira in his criticism of the prevailing model of state planning.

Keywords: Planning. Landscape. Region. Amazon. Theory of geography.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio de. Amazônia: paisagem e região na obra de Eidorfe Moreira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 10, n. 3, p. 569-581, set./dez. 2015. DOI: 10.1590/1981-81222015000300003.

Autor para correspondência: Antonio de Oliveira Júnior. Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Curso de Geografia. Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã. Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. CEP 38304-402. E-mail: antonioojr@pontal.ufu.br/aojr.geo@uol.com.br.

Recebido em 31/03/2013

Aprovado em 06/04/2015



INTRODUÇÃO

Região? Paisagem? O que é a Amazônia, esse espaço complexo tanto em sua diversidade de formas e conteúdos contida nos processos de ocupação e apropriação quanto na sua natureza, que disputa com o homem o seu controle e o seu domínio?

Muito mais do que uma preocupação em defini-la, entendê-la era e ainda é o grande desafio para aqueles que se empenham em desvendá-la. Espaço de cobiça do homem e do capital, explorada, saqueada e mitificada, a Amazônia sempre despertou certa curiosidade científica e, principalmente, política. Coube, inicialmente, às ciências da natureza desvendar os segredos do paraíso perdido, como a denominava Euclides da Cunha, ou do inferno verde, segundo Alberto Rangel. Leandro Tocantins e Benedito Nunes, entre outros, a inseriram nos mitos construídos pela literatura na tênue fronteira entre realidade e ficção. Nesta intensa produção intelectual, muito se perdeu e muitos foram esquecidos. Eidorfe Moreira (1912-1989), intelectual paraibano de nascença, paraense de vida e amazônida de coração, é um desses pensadores que deve ser resgatado pelo pensamento do novo século XXI, cujas ideias são importantes não apenas para entender o século XX, mas também, e principalmente, para pensar a Amazônia hoje, espaço onde se destaca a complexidade das técnicas.

Este ensaio remete à contribuição de Eidorfe Moreira para a construção do conceito de Amazônia como 'paisagem' e 'região', em uma perspectiva geográfica. Eidorfe Moreira foi autor de vasta obra intelectual, ainda não reconhecida nacionalmente. Advogado de formação, geógrafo por paixão e devoção à sua realidade e ao seu cotidiano, sua percepção e contribuição aos estudos geográficos sobre a Amazônia estão no mesmo patamar de outros grandes intelectuais que pensaram o Brasil em diversos formatos.

Pouco estudado pelos geógrafos e nem sempre apresentado como tal, sua visão da geografia e do fazer-se geógrafo demonstra uma preocupação com os métodos de análise. Seu entendimento sobre a Amazônia o levou a identificar não uma, mas várias Amazônias em uma só, da

bacia hidrográfica ao espaço econômico. É a pluralidade na unidade.

EIDORFE MOREIRA, GEÓGRAFO

Grande e significativa é a contribuição de Eidorfe Moreira para a ciência geográfica. Lamentavelmente, é uma contribuição pouquíssimo conhecida. Por isso, é importante o resgate coletivo não apenas de suas obras, mas da mente de um intelectual livre e aberto a infinitas possibilidades de leituras de tudo aquilo que o cercava. É na geografia que, possivelmente, a sua curiosidade é mais significativa. Pode-se afirmar, inclusive, que o eixo norteador da sua obra e do seu pensamento é a ciência geográfica, pois, ao ter contato com a produção de geógrafos importantes, as possibilidades de leitura do mundo se ampliaram.

Para melhor entendermos a obra de Eidorfe Moreira, sob o viés do pensamento geográfico, faz-se necessário cruzarmos sua história com a história da geografia. Este é um caminho para podermos inseri-lo com mais firmeza no rol dos geógrafos.

Eidorfe Moreira nasceu em julho de 1912. Sua vida intelectual iniciou aos 18 anos, em 1930, com a publicação de seu primeiro trabalho no jornal dos estudantes do Ginásio Paes de Carvalho, em Belém. Engajado na luta política, participou do movimento estudantil que apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932. Em 1934, iniciou estudos na Faculdade de Direito do Pará. No segundo ano de faculdade, publicou "O problema demográfico nacional", o que já indica um caminho para o debate em torno de questões de cunho geográfico. Em 1938, tornou-se bacharel em Direito e, nos anos 1940, começou a dar aulas de Geografia em vários colégios de ensino secundário, atividade esta que manteve até 1963. Em 1954, começou a trabalhar na recém criada Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), onde realizou vários estudos sobre a região. Foi no ambiente desenvolvimentista da SPVEA que Eidorfe Moreira reconheceu-se geógrafo. Suas obras, a partir de então, expressariam profunda preocupação com

a região amazônica, seus problemas e sua cultura. Daí em diante, publicou vasta obra de caráter geográfico. Em 1985, lançou seu último livro, "Geografias Mágicas". Faleceu em janeiro de 1989, deixando um legado. Ficou conhecido no Pará como o 'Filósofo da Geografia'.

A Amazônia contemporânea de Eidorfe Moreira é sofrida. Em 1912, ano do seu nascimento, a região estava à beira de um colapso econômico e social. A economia da borracha estava em acelerado declínio e nem a promulgação do Plano de Defesa da Borracha, um conjunto de medidas para a recuperação econômica da região, que durou apenas 17 meses, conseguiu 'salvá-la'. Benchimol (1977, p. 489) afirma que esta medida política

não conseguiu jamais ser implementada, pois o diploma legal não conseguiu montar os mecanismos operacionais para a execução do plano. No entanto, historicamente, ele representou a primeira tentativa de imprimir racionalidade à ação federal através de um programa quantificável de metas que, para a época, constituiu um extraordinário avanço, precursor que foi das modernas técnicas de programação econômica. A sua não execução provocou o colapso na estrutura econômica de toda a região, que imergiu em profunda depressão durante mais de trinta anos. Nesse ínterim, a população regressou para a calha central do Rio Amazonas e buscou os centros urbanos de Manaus e Belém, quando não abandonou definitivamente a região. A concentração humana que se observa hoje no médio e baixo Amazonas e o renascimento da atividade agrícola tem origem na região dessa fronteira, que se contraiu para poder sobreviver numa economia de pura subsistência, após o abandono da economia monetária florestal.

Esta estratégia política e territorial pode ser interpretada como a busca de expressão simbólica de um Brasil moderno. Era preciso conferir ao Brasil um tom de modernidade, afastar o fantasma do século XIX do nascente século XX, então em sua primeira década.

O Brasil que se modernizava começava a debater as novas questões nacionais: as desigualdades e as diversidades regionais, étnicas, raciais e culturais, sociais, econômicas e políticas. A mutação na formulação do pensamento político-

social do país levou à criação e recriação simultânea de novas realidades. A dinâmica espacial da economia passava a trilhar novos caminhos, abrindo frentes de ocupação e (re)descobrimo um território considerado vazio. Assim, a borracha, o café e o açúcar, economias agroextrativistas tradicionais, ocupavam e construíam novas regiões ao mesmo tempo em que mudanças sociais, urbanas e industriais davam margem ao surgimento de novas classes sociais. Esta modernidade prematura teve seus ícones em um Brasil que pretendia ser moderno e a Amazônia, a grande região, o inferno verde, o território desconhecido, teve sua base de modernidade apoiada pela borracha, o 'ouro negro' que gerou riqueza e pobreza, ostentação e estagnação. Nesse sentido, a Ferrovia Madeira-Mamoré simbolizou o desafio conquistado, a supremacia da técnica e da tecnologia sobre a natureza.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o *crack* da Bolsa de New York, em 1929, aceleraram o processo de decadência do pouco que restava da economia da borracha. Somente na Constituição de 1946, a existência de um tom nacionalista ao problema da estagnação econômica da Amazônia fez-se presente, colocando-a no plano dos grandes problemas nacionais de mais urgente solução, de forma a garantir a unidade econômica do país (Adolpho, 1952). Com o objetivo de criar novas condições para o restabelecimento da economia nacional, o Estado criou uma série de instituições que dariam suporte para este projeto. Entre elas, no que se refere ao espaço amazônico, está a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada pela Lei nº1806, de 6 de janeiro de 1953, instituição que vai marcar a vida e a obra de Eidorfe Moreira.

Após a criação da SPVEA, a Amazônia não seria mais a mesma. Independentemente dos sucessos ou fracassos das políticas de desenvolvimento regional implementadas pelas agências e pelos programas de planejamento, a região foi arena privilegiada para um conjunto de experiências que a transformaram, sobretudo durante o regime militar, com o objetivo não somente de integra-la

ao conjunto do território como também de definir sua posição estratégica no continente sul-americano. Nestes anos de planejamento, a fronteira de recursos naturais se transformou na mais nova fronteira urbana do território.

Durante a vida de Eidorfe Moreira, a geografia foi marcada por uma série de acontecimentos, que refletem a sua importância para a compreensão da dinâmica do território. Essa ciência ganhou um alto nível de complexidade teórico-metodológica, com conceitos e categorias de análise que fornecem um conjunto de instrumentos analíticos para a leitura do mundo. Espaço, lugar, território, paisagem e região são categorias analíticas que, ao longo dos séculos de produção do conhecimento geográfico, vêm passando por várias escolas de pensamento. No Brasil, o momento que marca a obra de Eidorfe Moreira é o período da Geografia Clássica, mais conhecida como Geografia Tradicional. Duas categorias são de supra importância para esta escola: a região e a paisagem.

Nas primeiras décadas do século XX, o mundo ainda era lento e vivia basicamente como no também lento século XIX, onde as paisagens tinham um tempo de permanência maior, com pequena alteração, devido à escassez de instrumentos técnicos e tecnológicos capazes de transformá-las aceleradamente, como viria a ocorrer a partir da segunda metade do século XX. Esse processo alterou paisagens, nações e civilizações em uma velocidade proporcional ao avanço da tecnologia, fundamentada, agora, no eixo técnica-ciência-informação.

Eidorfe Moreira, como tantos outros, vivenciou o avanço técnico da humanidade durante o século XX. No Brasil, a Geografia ainda engatinhava, de forma bastante lenta, assim como as cidades, as regiões e o território. A busca incessante de um Brasil moderno, que buscava superar suas tradições sociais, econômicas e culturais, era um dos objetivos presentes no ideário nacional. A preocupação com o Brasil ia além do centro político e econômico do país. O Nordeste e a Amazônia, a primeira sendo a 'região-problema' e a segunda a 'região-isolada', constituíam-se em desafios para qualquer política pública,

em uma época em que planejar era uma alusão ao regime comunista da Rússia, depois União Soviética. No entanto, a crise econômica de 1929 levou os Estados Unidos a formular políticas de planejamento que, mais tarde, foram incorporadas por várias nações capitalistas do ocidente. Com estas políticas, regionais por necessidade, surgiu a preocupação com as regiões, mas não mais com as regiões clássicas da Geografia, a região tradicional, a região paisagem. A preocupação era com uma outra região: a de planejamento ou para o planejamento.

Diferentemente da região geográfica, a região planejamento era construída para dar suporte a políticas públicas que visavam o crescimento e o desenvolvimento econômico, além da integração que buscava a unidade do território. O corpo teórico da Geografia, apoiado no método descritivo, deveras importante para a consolidação da ciência geográfica como uma ciência dos lugares, viu-se frente a um desafio maior, que era o de criar e delimitar espaços regionais sem uma tradição geográfica. Entendemos como tradição geográfica o conjunto de métodos e técnicas que busca conhecer a totalidade do espaço através das suas interligações sociais e econômicas, com a natureza da natureza e com a natureza dos espaços.

A Geografia do tão revolucionário e transformador século XX libertou-se aos poucos da Geografia do lento século XIX. Uma Geografia que, nos seus caminhos iniciais, preocupava-se muito mais com os elementos da natureza do que com a relação que estes elementos tinham com o homem. Uma Geografia que, fundada no século XIX, adquiriu o *status* de ciência moderna, por adotar um caráter sistemático e desenvolver um método próprio.

Foi a partir dos estudos e métodos desenvolvidos por Humboldt e Ritter que a Geografia se consagrou como disciplina universitária e passou a adquirir o *status* de ciência. Viagens, descrições complexas de paisagens, levantamentos de dados, fizeram da Geografia uma ciência única, que se preocupava não apenas com o 'onde', a localização. Preocupava-se também em descrever minuciosamente os lugares, as paisagens, o modo de vida

das civilizações. Seu objeto, o espaço terrestre, a tornou conhecida como uma ciência idiográfica, a ciência que estuda os espaços, únicos por excelência, característica que a distinguiu de outras ciências pelo simples fato de nenhuma outra se preocupar com o estudo do espaço geográfico.

A grande preocupação de Humboldt era a busca de uma ciência que fosse além do naturalismo, uma ciência integradora, que explicasse as complexas relações e conexões existentes entre os fenômenos interdependentes da natureza. Foi Humboldt o primeiro a elaborar um estudo de análise regional, integrando em um só estudo aspectos físicos e humanos da paisagem.

Diferentemente de Humboldt, que foi um grande viajante e explorador, Ritter foi um leitor. Com base na leitura de trabalhos então existentes, fez grandes reflexões sobre o método e sobre a natureza da Geografia, levando-o a certificar que os fenômenos da Geografia, sobretudo os da Física, poderiam ser estudados a partir das suas inter-relações e das relações dos fenômenos com o homem.

Ao fim do século XIX e no início do século XX, a Geografia viu-se influenciada pela filosofia positivista e pelas ideias de Darwin. Esta influência marcou, definitivamente, a Geografia pela construção da teoria do determinismo geográfico, que tratava da relação homem-meio, cujo principal desenvolvedor foi Friedrich Ratzel, na Alemanha.

Outra escola de pensamento geográfico surgiu nesta mesma passagem de século: o possibilismo. Se, no determinismo, o homem resulta do ambiente, no possibilismo o homem é o agente modificador do ambiente. Utilizando o conhecimento do espaço no qual vive, ele percebe as possibilidades de uso que a natureza oferece e que variam de acordo com os recursos técnicos disponíveis em cada sociedade. Foi no possibilismo de Vidal de La Blache que a 'região' foi definida como objeto de estudo da Geografia. A região é a síntese das relações homem-meio. Segundo Gomes (2005, p. 56), no pensamento da escola possibilista,

as regiões existem como unidades básicas do saber geográfico, não como unidades morfológicas e fisicamente pré-constituídas, mas sim como resultados do trabalho humano em um determinado ambiente. São assim as formas de civilização, a ação humana, os gêneros de vida, que devem ser interrogados para compreendermos uma determinada região. São eles que dão unidade, pela complementariedade, pela solidariedade das atividades, pela unidade cultural, a certas porções do território. Nasce daí a noção de região geográfica, (...) unidade superior que sintetiza a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente, este deve ser o novo conceito central da geografia, o novo patamar de compreensão do objeto de investigação geográfica.

Foi neste ambiente intelectual que Eidorfe Moreira se reconheceu como geógrafo. Seu olhar sobre a Amazônia é único, sensível à realidade e às condições de isolamento que o capital impunha à região. Seu pensamento demonstra uma profunda sensibilidade geográfica, associada a uma leitura que reflete os métodos geográficos ao mesmo tempo em que se preocupa com a forma como as políticas públicas, no caso, o planejamento regional, entendem a região amazônica, isto é, como um espaço de intervenção estatal.

A preocupação com a Amazônia e com sua situação econômica e social não era recente. Como já foi dito, em 1912, o governo formulou uma lei criando o Plano de Defesa da Borracha. No início dos anos 1940, Getúlio Vargas, preocupado em trazer a região para o pensamento nacional, visando a construção de seu projeto de um Brasil moderno, em reunião com as lideranças políticas e com o empresariado, fez um pronunciamento que ficou conhecido como o "Discurso do Rio Amazonas". Nele, Vargas comparou a grandeza da região com a dimensão dos problemas, ressaltando que era necessário "adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes com o objetivo de retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado" (Vargas, 1941, p. 227).

Vargas ressaltou, ainda, a importância da necessidade de integrar a região à economia do território e de prepara-

la, desenvolvendo-a, para o benefício das gerações futuras. Em suas palavras:

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora vai ser feito sem demora (Vargas, 1941, p. 227).

Vargas, já preocupado com a questão do pensar estrategicamente o planejamento para a região e conclamando a comunhão de brasileiros e estrangeiros, que visasse solucionar e criar medidas que auxiliassem o desenvolvimento da região, disse:

Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (Vargas, 1941, p. 228).

A situação era, com certeza, preocupante. A Amazônia tinha sua economia dependente da intensidade de fluxo de mercadorias no mercado internacional, o que a tornava uma região não integrada à economia nacional, às outras regiões do país. Decerto que os recursos para investimento em infraestrutura, que permitissem a integração física, eram escassos, isolando-a do restante da nação. Vargas, parecendo entusiasmado com o desafio que o governo tinha à frente e com as possibilidades existentes para criar políticas e ações de desenvolvimento do território como um todo, transformou em orgulho nacional e desejo da nação o que ele denominou de “a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a

sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada” (Vargas, 1941, p. 228).

Estava clara e explícita a contradição que alimentaria as políticas de desenvolvimento daquele momento em diante, a de perceber a natureza da região como um ‘inimigo’ a ser conquistado, dominado e destruído. Nas palavras de Vargas:

Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: - conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (Vargas, 1941, p. 229).

Esse ambiente político, esse conjunto de ideias, deu a Eidorfe Moreira os instrumentos e a base para pensar a Amazônia.

O CONCEITO PREOCUPANTE: AMAZÔNIA

O que é a Amazônia? Talvez essa ainda seja uma pergunta difícil de ser respondida e que poucos, na verdade, se atrevem a fazer. Uma floresta? Uma bacia? Uma região? Em “Conceito de Amazônia”, Eidorfe Moreira revela uma preocupação pertinente à época. A Amazônia era, ao mesmo tempo, o espaço indefinido do território brasileiro e o espaço isolado, a ser integrado ao restante do Brasil, mais especificamente às economias de São Paulo e Rio de Janeiro.

O período marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial coincidiu com a construção de um Brasil moderno, industrial, urbano, com economias regionais integradas. Era preciso unir o território. No caso do espaço indefinido ou não (re)conhecido, como a Amazônia, o problema era bem maior. Era preciso definir, delimitar, conhecer e tornar conhecido este espaço geográfico do Brasil, com certeza uma das tarefas mais árduas da Geografia. Para tanto, podia-se utilizar desde os métodos mais tradicionais até os métodos de análise quantitativa, passando pelos métodos históricos, sociológicos, etc.



Definir, conceituar, delimitar, caracterizar uma região com o objetivo de nela atuar, de modo a reduzir suas desigualdades internas, eram tarefas ainda mais árduas. A preocupação tinha o objetivo de entender uma região e delimitá-la para fins de planejamento. Mas, o que define a região de planejamento? Quem surge primeiro, a região, o plano ou a instituição regional? Quando se falava de resolver o problema do Nordeste, estava explícito de que Nordeste se falava? Qual Nordeste necessitava ter seus problemas resolvidos? E quando falamos da Amazônia, a qual Amazônia estamos nos referindo? Ou a quais Amazônias? São estas Amazônias regiões tradicionais ou regiões de planejamento?

O planejamento regional (pode-se planejar regiões?) tem sua formulação pensada do Estado para a região e não da região para o Estado. Seja no Plano de Defesa da Borracha, na criação da Comissão do Vale do São Francisco, no Polígono das Secas, na Amazônia, no Meio-Norte, nos planos nacionais de desenvolvimento da década de 1970, seja nos mecanismos de intervenção territorial na Amazônia, todas estas experiências, apoiadas ou não em teorias de desenvolvimento regional, tiveram em si mesmas a característica de pensar a 'região'. Por isso, para se ater um pouco a uma semântica pós-moderna, eram regiões virtuais. Não existiam concretamente, somente na esfera dos planos, programas, projetos etc. Ao fim deles, foram desfeitas. Os limites da região acabam sendo determinados pelos objetivos do instrumento de intervenção. O mesmo ocorre com o conceito que se tem dela.

A preocupação de Eidorfe Moreira era bastante pertinente. Afinal de contas, existiam (existem) muitas Amazônias. Região extremamente complexa, seja em relação à natureza desconhecida seja aos seus limites não determinados, a grande questão era: quais os limites e as dimensões da fração do território brasileiro denominada de Amazônia? Era certo que uma única Amazônia já não existia. A floresta, a bacia, a sua população... Qual o critério para definir e delimitar a Amazônia?

Moreira (1960, p. 11) nos lembra que "nenhum problema é mais complexo e ingrato em Geografia do que o de conceituar e sobretudo delimitar regiões, pois nem sempre é possível conciliar, no plano geográfico, as necessidades lógicas do espírito com a ordem natural das coisas". E que, para "antes de entendermos e delimitarmos a região é necessário estabelecer critérios que permitem defini-la conceitualmente". Para realizarmos uma divisão em partes de um território, devemos analisar o que sejam critérios geral e comum, diz Eidorfe Moreira. Segundo ele,

a Amazônia não é, contudo, uma região muito fácil de definir ou delimitar; a começar pela pluralidade de sentido do termo que a nomeia, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica como uma província botânica, um conjunto político como um espaço econômico (Moreira, 1960, p. 9).

No caso em questão, era importante delimitar uma região no território nacional, que deveria ser considerada, segundo Soares (1948, p. 3), como sendo amazônica, exclusivamente para fins de planejamento econômico, e principalmente que

tal delimitação se destina à determinação da área do território nacional, na qual deverá ser executado, de acordo com o que determina a Constituição Brasileira, um vasto programa de recuperação e valorização econômica, bem como de sua ocupação, povoamento e colonização.

Em diversos trabalhos deste período, entre os quais os de Eidorfe Moreira e Lúcio de Castro Soares, pode-se perceber que o conceito de Amazônia era confundido com o de Hileia Amazônica. Esse conceito, se do ponto de vista científico dava resposta à necessidade de uma unidade espacial geoeconômica, em razão da nova estratégia territorial que se impunha para a região, não atendia às necessidades da valorização econômica pensada especificamente para fins de planejamento econômico. A questão era colocada como de interesse nacional e não somente regional ou mesmo local. No entanto, como

veremos mais adiante, a questão posta no projeto de valorização econômica da região era muito mais articulada a interesses locais do que regionais.

Eidorfe Moreira conceitua o que pode ser considerado como região amazônica a partir de dois vieses: o geográfico e o econômico. O conceito geográfico parte do pressuposto do espaço físico natural, mais especificamente a partir de suas características hidrográficas, ou seja, a área referente à bacia de drenagem da complexa rede hidrográfica formava os limites do que se poderia entender como Amazônia. Interessante que essa abordagem apresenta uma defesa do conceito geográfico, que, em nosso entender, não pode ser compreendido nem visto com base em um critério particular. Eidorfe Moreira, provavelmente, defende-se de possíveis críticas ao justificar que as características físicas

ainda que não revistam mais a importância que se lhes atribuía antigamente como critério determinativo das regiões, eles constituem, contudo, dados imprescindíveis para a caracterização delas. Se não se define mais hoje em dia uma região com base unicamente na sua rede hídrica, como o faziam os geógrafos antigos, nem por isso essa rede deixa de assumir uma importância capital na sua conceituação (Moreira, 1960, p. 18).

No caso da Amazônia, Eidorfe ressalta a importância geopolítica e estratégica da região na América Latina e as várias Amazônias que transcendem fronteiras políticas:

Pela sua posição continental e excepcional amplitude, essa grande bacia interessa diretamente a vários países, entre os quais se reparte de maneira muito desigual, de modo que teremos, com consideráveis desproporções entre si, tantas 'Amazônias' quantas forem as frações correspondentes a cada um deles. Há desse modo uma Amazônia brasileira, uma Amazônia boliviana, uma Amazônia peruana, etc., como há também, de acordo com essa relação ou filiação hidrográfica, países amazônicos e não amazônicos, sem que isso importe ou se revista um sentido formalmente político (Moreira, 1960, p. 18).

Eidorfe Moreira define e caracteriza a Amazônia pela sua bacia hidrográfica, com destaque para:

a) sua extensão e caudaliosidade da sua bacia potâmica, sem correspondência no continente e no Globo; b) assimetria da rede de drenagem dessa bacia, sendo a área de drenagem dos afluentes meridionais do Amazonas muito maior do que a dos setentrionais; c) notável capacidade de abrangência política dessa bacia, dado o número de entidades que dela participam diretamente (9 unidades políticas do Brasil e 7 do continente); d) condições altamente favoráveis de navegabilidade e, como tal grande importância sob o ponto de vista econômico, social e histórico (Moreira, 1960, p. 69).

Pela pujança do seu revestimento vegetal, pela riqueza e variedade da sua fauna, pelo número e caudaliosidade dos seus rios, enfim pela exuberância e amplitude dos seus cenários é a região de maior interesse geográfico no País. De um modo geral, ela se acusa e particulariza pelos seguintes traços paisagísticos: a) grande extensão e notável homogeneidade panorâmica, compondo o maior e mais definido quadro geográfico do País; b) configuração preponderantemente planiciária, com fracas elevações ao norte e ao sul, sem contrastes pronunciados no conjunto do relevo; c) acentuada penetração continental e conseqüentemente ampla margem fronteira, o que lhe confere alta significação geopolítica; d) extraordinária exuberância dos quadros naturais – principalmente no que respeita à flora e hidrografia – com limitada expressão da paisagem cultural no complexo paisagístico; e) grande rarefação demográfica e baixo padrão de vida da população, o que acentua ainda mais o contraste entre o homem e a natureza no âmbito regional (Moreira, 1960, p. 34).

Do ponto de vista econômico, a Amazônia é vista como uma região de imenso potencial,

e como tal uma soma de possibilidades a serem exploradas em função de um critério racional e técnico. E é como perspectiva econômica – fato que até bem pouco não passava de mero tema literário, sem outro sentido senão o de um ufanismo retórico da nossa grandeza geográfica – que se tende a definir e a fundamentar o conceito atual da região (Moreira, 1960, p. 37).

Eidorfe nos lembra, ainda, das contradições da Amazônia, daquilo que "ela oferece e o que dificulta, entre o que podemos esperar dos seus recursos e o que temos de enfrentar e de superar para obtê-los numa escala economicamente apreciável" (Moreira, 1960, p. 38).



O aspecto econômico era de supra importância, sobretudo devido à preocupação em planejar a região. E, para planejar, era preciso “inventariar as imensas possibilidades naturais da região, estudar e estimular os meios de explorá-las e ajustar o seu aproveitamento às necessidades regionais e nacionais – tal é o sentido desse crescente interesse pela Amazônia como objetivo econômico” (Moreira, 1960, p. 39).

Vários foram os critérios utilizados para delimitar a Amazônia para fins de planejamento. Lúcio de Castro Soares faz uma crítica a dois critérios: a bacia amazônica e os paralelos, meridianos e divisas administrativas. Soares (1948) considerava o critério da bacia amazônica muito pobre, sem um fundamento preciso, que apresentava ainda a desvantagem de incluir, no âmbito amazônico, parte de outra região geográfica brasileira, como certas porções da região Centro-Oeste, de características físicas e humanas completamente distintas da região Norte. Embora extremamente cômoda e didática, a delimitação hidrográfica não atendia aos anseios de uma política de planejamento para o desenvolvimento econômico, por excluir fragmentos regionais de características tipicamente amazônicas e por incluir outros típicos da região Centro-Oeste.

O outro critério, proposto pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, foi apresentado da seguinte forma:

Em Mato Grosso, pelo paralelo de 16 graus; em Goiás pelo paralelo de 12 graus; e, no Maranhão, pelo meridiano de 45 graus. Do paralelo de 16 ao de 12 graus, o limite seguiria pelo rio Araguaia (limite Goiás-Mato Grosso), e, deste último paralelo até o meridiano de 45 graus, pela linha divisória Goiás-Bahia e Maranhão Piauí (Soares, 1948, p. 165).

Segundo Lúcio Soares, esse critério apresentava maiores inconvenientes do que o divisor de águas amazônico, uma vez que resultava em uma junção e superposição de regiões distintas. Para ele, os critérios utilizados para delimitar a região, que seria uma Amazônia para fins de planejamento, não deveriam ser apenas os da caracterização natural. Critérios geográficos, históricos,

econômicos, sociais, importantes para construir e reconstituir uma geografia histórica do ordenamento espacial dos lugares, das regiões e dos territórios, não deveriam ser negligenciados, já que uma das premissas da delimitação regional era o planejamento não somente do seu desenvolvimento, mas sobretudo de sua ocupação, que deveria agora, nesta nova experiência, levar em consideração outros que não sejam mais apenas o econômico, principalmente o da economia extrativista. Nas palavras de Soares (1948, p. 168),

a história econômica da Amazônia tem provado que a sua ocupação, pelo vale do Rio Grande acima, tem sido instável, insubsistente, por se basear, quase que exclusivamente, no extrativismo florestal, cujas fases de intensa atividade são condicionadas por fases de muita procura de matérias-primas na floresta amazônica, sempre seguidas de um colapso, resultante da cessação do interesse pelas mesmas.

Era preciso, então, segundo Soares (1948), criar uma região na qual a delimitação facilitaria a aplicação de políticas locais de efeito regional, capazes de vencer a dispersão e o isolamento interno, o isolamento de seus núcleos de ocupação – agrícolas, extrativistas, minerais e urbano. Este autor nos lembra, ainda, que este isolamento não é somente interno, mas também com o mercado consumidor de seus produtos regionais, bem como produtor para o consumo local. O grande desafio da Amazônia, aparentemente, residia na própria região: ocupar para desenvolver, mas não uma ocupação dispersa, que não permitisse a integração tanto endógena quanto exógena.

A economia agrícola deveria ser a base dessa ocupação e, por consequência, de sua redenção ao desenvolvimento capitalista do país, uma agricultura que, produzida na várzea, deveria alimentar o futuro da vasta planície amazônica.

O processo de ocupação e, principalmente, o avanço desta ocupação para o interior, as frentes pioneiras, significavam também um avanço da região central na ocupação do território. Avanço que, desde os tempos

coloniais, modelou o território, desenhando e redesenhando as fronteiras e contribuindo para construir um ordenamento territorial disperso, mas presente em diferentes pontos da nação. Era a economia e suas relações produzidas socialmente que construíam, aos poucos, a ocupação das regiões, distribuindo de forma lenta a população e, junto a ela, uma expansão do centro. Era preciso, pois, dar um valor considerável à ocupação e aos projetos de povoamento. Povoar antes de ocupar, dar à ocupação não um sentido de tomada de posse de um território, mas um sentido de povo, de nação, de construir um território.

Para Soares (1948, p. 180), o processo de ocupação da Amazônia deveria se iniciar pelo eixo de penetração sul do Planalto Central. Ele recomendava que “unicamente para fins de planejamento econômico, deva ser considerada como região amazônica em território nacional, todas as terras situadas ao norte e a oeste da frente pioneira do Planalto Central Brasileiro”. Acrescentava, porém, que, além desta área, deveriam ser consideradas “outras unidades antropogeográficas ligadas à Amazônia por razões geográficas, econômicas e culturais. Este critério é particularmente aplicado àquelas unidades que atualmente se encontram sem progresso e desenvolvimento”.

Tratava-se, assim, não apenas de atuar sobre a Amazônia, mas aproveitar o ensejo para ampliar a ação a áreas passíveis de serem caracterizadas como deprimidas ou estagnadas, o que, em parte, explicaria a incorporação de uma parte do Nordeste e do Centro-Oeste à área que acabaria sendo definida, mais tarde, como Amazônia Legal.

Era necessário, dentro de uma política de valorização econômica para a Amazônia, aproveitar as vias naturais de escoamento, como o vale do Tocantins-Araguaia, que Soares afirmava ser uma região à qual estaria reservado o papel de escoadouro natural da produção do Planalto Central para o norte, bem como ser a porta de entrada para o Planalto, pelo litoral norte do Brasil. Integrar a Amazônia ao restante do território nacional sempre foi o sonho e o desafio de dominar as regiões e unir os pontos extremos do país.

É interessante notar que a argumentação de Lúcio de Castro Soares é construída para elaborar uma proposta de delimitação. Inicialmente, sendo a delimitação de uma região especificamente para fins de planejamento econômico a ser gerida pelo Estado,

a delimitação ora proposta é formada por divisas interestaduais, intermunicipais e interdistritais em sua quase totalidade, a não ser em curtos trechos em que não foi possível aproveitar tais divisas. Nestes casos, a linha de limite foi sempre traçada de modo a aproveitar linhas naturais facilmente reconhecidas no terreno, sejam rios, sejam divisores de água (Soares, 1948, p. 185).

Define-se, assim, com vistas ao planejamento econômico, a área do território brasileiro que seria considerada como Amazônia, delimitada, então, por uma linha que passaria pelos estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão.

Soares (1948, p. 203) recomendou que, para delimitar uma região voltada exclusivamente aos objetivos econômicos, a região que deve ser compreendida como amazônica deveria seguir os seguintes pontos:

- 1) Os limites naturais da Amazônia, isto é, os da Hileia Amazônica, em território nacional, não devem ser adotados numa delimitação para os fins utilitários em apreço;
- 2) A delimitação feita pelo divisor das águas da bacia amazônica, bem como a proposta traçada por uma linha mista, de paralelos, meridianos e divisas administrativas, também não satisfaz plenamente às finalidades a que se destina, pelas razões apresentadas no presente estudo;
- 3) Seria aconselhável que a delimitação da região que deve ser compreendida por amazônica, fosse feita por uma linha que incluísse nessa região:
 - a) 'terra de ninguém' que separa a Hileia Amazônica da área já ocupada do Planalto Brasileiro;
 - b) as zonas, através das quais deverá ser feita a conquista da Amazônia, que se encontrem atualmente sem desenvolvimento ou em decadência;
 - c) as zonas que, embora em progresso, tenham a sua vida econômica estreitamente ligada à Amazônia.

A mesma lei que criou a SPVEA delimitou a área de intervenção federal e definiu os limites de uma região que

passaria a ser reconhecida como Amazônia Legal. Diz a lei no seu artigo 2º:

A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.¹

Dos critérios propostos, o que prevaleceu foi o geodésico, apresentado pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, com algumas pequenas alterações. Moreira (1960, p. 44), em "Amazônia: o conceito e a paisagem", não considera o critério mais correto do ponto de vista geográfico. Além de convencional e precário, como todo critério abstrato, teria o inconveniente de projetar arbitrariamente os limites da Amazônia além das raias naturais de sua bacia hidrográfica, incluindo, no seu âmbito, trechos de outras bacias contíguas, como a do Paraguai ao sul e a do Parnaíba a leste. Em suas palavras:

Como conceito econômico, a Amazônia tornou-se muito mais ampla do que tradicionalmente já o era, embora essa ampliação não corresponda exatamente às condições que o distinguem como tipo paisagístico e ambiência humana. Pela amplitude que lhe foi dada e pelo que se deduz do espírito da legislação que rege o seu planejamento, fica-se até mesmo com a impressão de que essa Amazônia não constitui propriamente uma área geográfica definida como uma região natural, mas antes um certo aspecto carenciado da vida nacional visto em termos geográficos (...) (Moreira, 1960, p. 46).

Para referendar sua crítica à delimitação oficial, Eidorfe Moreira toma por base a argumentação de Lúcio de Castro Soares, que entende que

Tal delimitação por dois paralelos, um meridiano e divisas interestaduais, inclui no âmbito amazônico grandes porções extra-amazônicas do território nacional, do ponto de vista geográfico e econômico. Com ela a Amazônia – tão bem definida, como região, pela área de ocorrência da sua floresta característica, teve suas fronteiras naturais deslocadas centenas de quilômetros para dentro de outras regiões geográficas, crescendo – arbitrária e artificialmente – mais de 640 mil quilômetros quadrados, área muito superior às dos Estados da Bahia e Minas Gerais, e maior que a do próprio Estado de Goiás (Soares, 1948, p. 44).

Eidorfe Moreira considera, enfim, que a Amazônia que surgiu como num passe de mágica, da noite para o dia, não pode ser considerada como "uma área geográfica definida ou uma região natural", e sim

um conjunto de problemas que precisam ser encarados em função de um dado espaço para efeito de equacionamento e solução. Daí a amplitude que lhe foi dada – mais da metade do território nacional – a falta de atinência geográfica na sua delimitação (Moreira, 1960, p. 46).

Um dos méritos da reflexão de Eidorfe Moreira é mostrar-nos a importância do entendimento do que seja a Amazônia, pois o conhecimento sobre a região é fundamental para o entendimento e a formulação de políticas de desenvolvimento, calcadas na valorização dos recursos territorializados.

Eidorfe Moreira nos lembra que a Amazônia não é uma região muito fácil de definir ou delimitar, a começar pela pluralidade de sentido do termo que a nomeia, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica como um espaço econômico, e assinala que a Amazônia, enquanto região, "não é apenas uma individualidade fisiográfica, mas também a fixação de uma dada experiência humana no plano paisagístico, possibilitando-nos assim uma visão particular das grandezas e vicissitudes do homem num sentido

¹ A Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, extinguiu a SPVEA e criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Nessa ocasião, o conceito de Amazônia Legal foi reinventado para fins de planejamento. Assim, pelo artigo 45 da Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, a Amazônia Legal teve seus limites ainda mais estendidos, com a incorporação de todo o Estado de Mato Grosso.

cósmico” (Moreira, 1960, p. 10). Ou seja, a região seria uma construção social, resultado do acúmulo das experiências individuais e coletivas dos grupos humanos. Deste modo, o homem não seria apenas uma simples presença na superfície da Terra. Ele não está ali como mero observador das coisas que acontecem, mas seria um elemento fundamental para dotar de sentido geográfico o espaço:

O homem não é um elemento acrescido à paisagem, uma sorte de acessório destinado a ordená-la ou completá-la, pois se assim fosse seria apenas uma expressão decorativa na superfície do Planeta. Na realidade, ele é o fator geográfico por excelência, e isso tanto pelas suas atividades como pela sua própria condição, tanto pelo que realiza como pelo que é: no primeiro caso por ser um modelador de paisagens, no segundo por ser um elemento necessário à sua significação. Daí porque, mesmo quando não figura na paisagem, ele está implícito nela. Sem o homem, o espaço é uma noção física, não uma noção geográfica (Moreira, 1960, p. 10).

Sem o homem, o espaço não tem sentido. É apenas espaço natural, espaço físico, não um espaço geográfico, um espaço produzido. De fato, o que Eidorfe Moreira afirma e reafirma em seu discurso é a imponência da Amazônia e de suas riquezas, um espaço de dimensões gigantescas e de problemas extremamente complexos, devido às suas próprias condições. Em suas palavras, a Amazônia pode ser concebida como

Eldorado para uns, inferno verde para outros; paraíso para os que a veem como objeto de estudo, tortura para quantos a tomam como objeto de conquista ou de ambição, a Amazônia não tem sido outra coisa, como realidade histórica, social e econômica, senão o agigantado cenário de uma das mais ingentes experiências tropicais do homem. (...) uma longa incúria nacional, (...) o atestado vivo das dificuldades e contingências que assoberbam o homem em face à exuberância natural dos trópicos (Moreira, 1960, p. 11).

A AMAZÔNIA COMO PAISAGEM

Assim como ‘região’, ‘paisagem’ é outra categoria e conceito clássico da Geografia. Quase sempre associada

à natureza, a paisagem reflete um conjunto de elementos humanos que modificam e produzem paisagens através de sua história e de seus modos de vida. Objeto de estudo desde o século XIX, a paisagem é fundamental para o entendimento dos aspectos geográficos de um lugar. É o que vemos e aquilo que vemos é sempre diferente de um lugar para outro, porque a combinação de um conjunto de fenômenos físicos e humanos é o que produz o espaço e, logo, também paisagens.

Contudo, são os elementos da paisagem que interessam a Eidorfe Moreira. Na sua leitura da Amazônia como paisagem, ele destaca a planície, o rio, a floresta, o clima e o homem, como os elementos que a compõem, que se confundem com a região. Para Moreira (1960, p. 63), o rio assume o papel de protagonista desta grande paisagem, onde “assume tanta importância fisiográfica e humana (...), onde tudo parece viver e definir-se em função das águas: a terra, o homem, a história (...). o rio condiciona a vida”.

A importância significativa do rio é realçada e lembrada para aqueles que se aventurarem em estudar a dinâmica da região: “não podemos estudar a região, sob qualquer ponto de vista que seja, sem o prévio reconhecimento da importância do elemento líquido como base desse estudo ou consideração. É o rio, com efeito, que comanda e ritmiza a vida regional” (Moreira, 1960, p. 63).

É o rio que encanta, fascina e assusta pela sua dimensão, força. O conhecimento de Eidorfe, a sua linguagem simples e inteligente, a sua forma de dialogar com outros autores tornam a sua obra mais do que significativa. Ele lembra, por exemplo, que “nenhum curso d’água do Mundo exige mais pesquisas e estudos sobre o seu regime e formação do que ele [o rio Amazonas]” (Moreira, 1960, p. 68). Se o rio é o protagonista desta fantástica paisagem, para Moreira (1960, p. 69), a floresta seria “o fato geográfico mais expressivo (...), é a Hileia que define e simboliza a Amazônia”.

O homem seria o elemento, diante dos outros que compõem esta rica paisagem, de reduzida significação. A presença do homem é carente. Percorrem-se quilômetros

e mais quilômetros e a presença humana é rarefeita. A preocupação com o processo e a forma da ocupação da Amazônia é o que norteia a leitura e análise de Eidorfe. Ele aborda uma preocupação ainda bastante presente, que é o nível de qualificação da população, permitindo assim um “melhor padrão de eficiência e de produtividade, pois as qualidades e habilitações de uma população atenuam e muitas vezes neutralizam os efeitos das suas deficiências quantitativas” (Moreira, 1960, p. 82).

Por conta desta rarefeita ocupação, Eidorfe considera o espaço uma feição negativa, pelo que ele representa como distância, pois como distância, aí como em toda parte, é que ele atua socialmente como fator de isolamento, de dispersão, de dissociabilidade. Na sua leitura, Eidorfe propõe “ocupar efetivamente a Amazônia, dando-lhe conteúdo humano suficiente, realçar a presença do homem nos seus quadros naturais a fim de ampliar a expressão paisagística da Cultura – tal é por certo uma das primeiras, senão a primeira exigência a atender na política demográfica da região” (Moreira, 1960, p. 83).

O QUE PODEMOS APRENDER COM EIDORFE MOREIRA PARA ENTENDER O MUNDO CONTEMPORÂNEO

O pensamento de Eidorfe Moreira nos faz pensar o quanto é importante entender a nossa própria natureza, os lugares onde vivemos e onde construímos nosso cotidiano. E esse lugar não precisa ser apenas nossa casa, rua, bairro ou cidade; pode ser o que consideramos ou o que entendemos como ‘nossa’ região, independente da sua dimensão. A identidade a qual nós nos filiamos independe do tamanho do lugar ou da região onde vivemos. Esta identidade nada tem a ver com o local em que nascemos. Ela é construída à medida que vivenciamos o meio no qual estabelecemos nossas relações sociais, como é o caso de Eidorfe Moreira. Paraibano, abraçou a Amazônia; tornou-se amazônida, refletiu, escreveu, preocupou-se com a ‘sua’ região.

O que os escritos de Eidorfe nos ensinam é que devemos, acima de tudo, ousar. E nos desafiar a pensar! Deixar um pouco de lado, sem desprezá-los, os números, as estatísticas. E passarmos a olhar novamente para a paisagem. Admirá-la, refleti-la, contemplá-la. Tudo isso para podermos nos apropriar e entender o quanto são importantes e significativas as formas de uso desta paisagem riquíssima, não somente em minérios, madeira e água, mas em cultura, em memórias, em desafios.

A Amazônia de hoje continua desafiando os homens, que mesmo com seu aparato tecnológico se protegem de seus mistérios. Os ‘estrangeiros’ nacionais e internacionais, ou ‘alienígenas’, como Eidorfe se refere em alguns escritos, procuram vencê-la, dominá-la; os amazônidas, construir seu cotidiano, conhecê-la, desvendar seus mistérios e entender sua multiplicidade cultural e étnica. O que Eidorfe Moreira nos oferece é a leitura de uma Amazônia que sempre estará em foco. Por isso, a necessidade de entendê-la. Aí está o grande desafio proposto por ele.

REFERÊNCIAS

- ADOLPHO, Álvaro. **Plano de valorização econômica da Amazônia**. Parecer n. 433, de 1952, da comissão de finanças sobre o projeto de lei do Senado Federal n. 73 de 1951. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: um pouco-antes e além-depois. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.
- GOMES, Paulo César da. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias et al. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.49-76.
- MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia**: o conceito e a paisagem. Rio de Janeiro: SPVEA (Serviço de Documentação). Coleção Araújo Lima, 3. 1960. 91 p.
- SOARES, Lúcio de Castro. Delimitação da Amazônia para fins de planejamento. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 2, p. 163-210, abr./jun. 1948.
- VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. **Cultura Política**. Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, p. 227-230, out. 1941.